



Conselho  
Municipal de  
Educação  
Angra dos Reis-RJ

CÂMARA DOS REIS  
PALÁCIO DE EDUCAÇÃO  
ALameda DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS

## **Ata da Reunião da Câmara de Legislação e Normas - 13/05/2021**

Aos treze dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, os membros da Câmara de Legislação e Normas do Conselho Municipal de Educação de Angra dos Reis reuniram-se, por meio da plataforma virtual “Google Meet” tendo como pauta Estudo sobre a concepção de “Ensino Híbrido” no período da Pandemia (segundo encontro). Estavam presentes os(as) conselheiros(as) Eliana Teixeira, Sandra Cardoso, Mariana Máximo, Norielem Martins, EVA Trindade. A reunião iniciou-se com a retomada do debate da reunião anterior. Como combinado, o grupo passou a debater o tema a partir do texto “A Singularidade Pedagógica do Ensino Híbrido” de Jorge Maurício da Silva Brito, publicado em 2020 na Revista “EAD em Foco”. Alguns pontos do debates a partir dos referenciais apontados e de outras leituras feitas individualmente pelos conselheiros foram: origem do ensino híbrido nos EUA e na europa como “solução” do ensino não presencial e não do ensino presencial; importância de não perder de vista que neste momento o “mercado” vem introduzindo a questão do ensino híbrido como solução para o Ensino Presencial; o uso da tecnologia pode/deve estar presente no ensino presencial; o momento pandêmico como excepcional para o utilizar o ensino não presencial como estratégia; perspectiva freireana de trabalhar a realidade do aluno, em qualquer modalidade de ensino; necessidade de clareza quando estamos falando de modalidade de ensino e de metodologia de ensino; Ensino Híbrido não é modalidade de ensino; uso ou não do termo ensino híbrido na Deliberação ou falar de estratégias de ensino presencial e não presencial; o investimento que a gente tem hoje na educação pública não nos permite fazer uso das diferentes tecnologias, apesar delas estar previstas legalmente há tempo; marca mercadológica do uso do termo Ensino Híbrido, lembrando dos textos que a gente encontra sobre o tema tem esse viés; Brito, ao contrário, traz autores que falam do uso da tecnologia na educação há muito tempo, lembrou-se de Pierre Lévy, por exemplo; a tecnologia como aspecto da criação humana, o problema é o uso que se faz dela e com que intenção, cuidado no uso do termo como tem sido divulgado, não é isso que queremos, mas precisamos apontar a importância do uso das tecnologias. Os presentes passaram a debater questões mais específicas da rede pública municipal no que se refere às possibilidades de retorno presencial. Felipe, lembra que no decreto da PMAR aparece o termo Ensino Híbrido. Se isso ocorrer na prefeitura enfrentaremos um problema gigante em função do não acesso dos estudantes. Lembra que a rede voltará a usar o material da editora Moderna e do não cumprimento da lei orgânica do município. Ressalta, ainda, a dificuldade/impossibilidade de fechar o contrato com as operadoras. E mesmo com “ensino híbrido” continuaremos utilizando a plataforma APOIAR e, provavelmente, sem garantir o direito dos estudantes que não tem acesso a internet. Ressalta que estamos num impasse e quem está perdendo são nossos alunos. Só vê uma solução para o impasse: voltar ao presencial para quem não tem acesso e remotamente com os que têm possibilidade. Mariana lembra do início da gravação das aulas para os Anos Iniciais, disponibilizada pela Câmara Municipal, para serem transmitidas



Conselho  
Municipal de  
Educação  
Angra dos Reis-RJ

ANGRA DOS REIS  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS

pelo canal do Youtube. Os anos finais também serão contemplados. Alternativa que é muito importante, mas entende e concorda, que sem a oferta da internet gratuita, possivelmente, permaneceremos no quadro atual. Sandra chama atenção para a importância de se colocar o professor como agente do processo ensino-aprendizagem e prever sempre a possibilidade de criar estratégias de trabalho com autonomia. Ressalta que o envio do material impresso para o início do ano letivo não poderia ser diferente. Lembra também que em 2020 o material impresso era a base e que, a princípio, não teve abertura para os profissionais. Para 2021, alerta para o fato de que é necessário pensar desde o início a possibilidade de ir além. A gente precisa ter a autonomia da escola como princípio. Norielem ressalta que acompanhou/acompanha o trabalho das escolas da Ilha Grande e entende que o problema na questão da autonomia dos profissionais da escola já é algo superado e que está claro que as apostilas são materiais complementares. Mariana ressalta a importância da autonomia das escolas. Lembra que a princípio parte dos professores não quis atuar na produção das apostilas porque queria um material construído para cada comunidade. Ela lembra aos demais o problema enfrentado em 2020 quando cada escola teve que produzir suas próprias cópias. E que nesse momento a padronização favorece a chegada do material impresso de melhor qualidade e para todos. Sandra recorda que, em 2020, o grupo de pedagogos apresentou para SEC e para o CME propostas para a educação no período da Pandemia e, naquele momento, fez a defesa de que ter material impresso produzido pela SEC era uma solução viável, reconhecendo as dificuldades logísticas que temos. O que aponta tem mais a ver com a forma do que com o conteúdo da proposta, quando se diz que esse material é a base de forma ríspida e sem flexibilidade. A questão era a relação estabelecida no momento inicial. A partir do momento que se estabelece diálogo e relação de confiança alguns entraves vão sendo superados. Um material impresso que seja base e que dê margem para ir além dele. Felipe coloca que os professores salientam que as atividades estão muito além do que os alunos sabem. Sandra diz que os alunos também sinalizam isso. Norielem também aponta como mãe que a experiência vivida com o filho na Rede Estadual também imprime angústia em todos no processo de busca de um caminho mais acertado. Eva Trindade chama atenção para o fato de que é necessário mais do que nunca pensar em uma educação que proporcione justiça social. Considerando as questões Eliana chama atenção para todos os desafios relatados pelos presentes e para o cuidado com a oferta de oportunidades educacionais igualitárias para todos e todas, lembrando que os relatos apontam para diferentes processos e possibilidades de aprendizagem tanto na comparação das escolas públicas com as particulares, tanto no interior das escolas públicas quanto nos processos de aprendizagens e possibilidades de acesso a internet ou aos professores por parte dos estudantes. Desafio que precisa ser pensado com prioridade no contexto de um continuum curricular. Concordando, Sandra retoma o tema da autonomia dos profissionais sinalizando que na E.M. Tânia Rita, por exemplo, as professoras passaram a dar aula pelo whats app, ressalta que os professores são capazes de encontrar



Conselho  
Municipal de  
Educação  
Angra dos Reis-RJ

CÂMARA DOS REIS  
CÂMARA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS

alternativas legais e é necessário abrir espaço para isso. Eliana, concorda, lembrando do recente prêmio de professoras de Angra dos Reis - quatro dos seis trabalhos premiados de educação infantil no estado do Rio eram do município. E foi com autonomia dos professores para além da oferta institucional consolidada naquele momento. O grupo passou então a definir os encaminhamentos finais a partir do debate e das demandas levantadas pelos GTs para continuidade da escrita da Deliberação para o ano letivo de 2021. Ficou acordado entre os presentes que: usaremos no texto da Deliberação as expressões “atividades presenciais” e “não presenciais” de modo que o Ensino Híbrido conforme compreendemos nas leituras e debates feitos seja uma alternativa possível; sugestão de leitura da normativa do Estado do Paraná disponibilizado no whatsapp; será realizada reunião dos GTs na próxima semana para finalizar a minuta (agendada pelos membros); Eliana e Sandra vão sistematizar/limpar os textos produzidos pelos GTs organizando o texto conforme as questões debatidas/definidas durante os estudos; quando a minuta estiver finalizada marcaremos nova reunião da Câmara para apreciação e deliberação coletiva para depois então ser encaminhada para aprovação do Conselho Pleno. Sem mais, a reunião encerrou-se.